

Constituinte aumenta tributação

Estados e Distrito Federal poderão cobrar Imposto de Renda

As pessoas físicas e jurídicas poderão pagar ao Estado, ou Distrito Federal, onde estiverem domiciliados, um adicional de até 5% sobre o Imposto de Renda e proventos devidos à União. Posteriormente, esse adicional deverá ser autorizado e ter seu índice definido pelas assembleias legislativas. Obrigatoriamente, ele terá que incidir somente sobre os lucros, ganhos e rendimentos de capital, ficando excluídos do imposto adicional os contribuintes assalariados.

A matéria foi definida ontem à tarde, pela Comissão de Sistematização, ao rejeitar por 60 votos contra 30 emenda do deputado Afff Domingos (PL-SP), que pretendia suprimir do texto de Bernardo Cabral o parágrafo 1º do artigo 177, que institui o referido imposto. A defesa da emenda supressiva foi feita pelos deputados Adolfo Oliveira (PL-RJ) e João Agripino (PMDB-PB). O primeiro sustentou sua tese na "realidade brasileira", citando o caso de um amigo seu, que era da classe média alta, depois se tornou um milionário e admitiu que nunca havia pago Imposto de Renda.

Mas, a favor do texto e pela rejeição da emenda, além do deputado José Serra (PMDB-SP), afirmando que não era o conjunto da sociedade que iria pagar mais, "mas aqueles que têm mais lucros", pesou muito mais os argumentos apresentados pelo relator-adjunto Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), ressaltando que "esse adicional sobre ganho de capital é essencialmente progressista e se constitui num dos principais anseios da sociedade brasileira".

Também foi aprovada emenda do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) que concede ao Poder Legislativo o direito de fazer uma avaliação anual das

isenções ou outro benefício fiscal concedido, "considerando-se revogada aquela que não for expressamente revalidada".

Por apenas um voto, a Sistematização deixou de aprovar emenda de autoria do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), acrescentando-se à lista de impostos cobrados pela União um outro que incidiria sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas. Votaram a favor da emenda 46 constituintes, contra 44 e uma abstenção, tendo sido considerada prejudicada por não ter obtido o "quorum" mínimo de 47 votos exigidos pelo regimento para aprovação ou rejeição de qualquer matéria.

Enquanto se definia por aumentar a taxa de impostos sobre os contribuintes que têm mais capital, a Comissão de Sistematização não aceitou, por outro lado, isentar do Imposto de Renda as pessoas que ganham até dez salários-mínimos. Por 56 votos contra 23 e quatro abstenções, foi rejeitada emenda de Gastone Righi (PTB-SP) que fixava esse limite para cobrança do Imposto de Renda.

Da mesma forma foi rejeitada emenda do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que pretendia transferir para a União a incumbência, que segundo o texto do substitutivo é de competência dos Estados, de cobrança do chamado "imposto sobre herança". Além disso, os constituintes rejeitaram emenda do deputado Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), que visava retirar do inciso II, alínea "C", do artigo 171, a expressão "de trabalhadores". Se aprovada, a União ficaria impedida de cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços de qualquer entidade sindical. Pelo texto, são isentos apenas os partidos políticos, incluindo suas fundações, entidades sindicais de trabalhadores e instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

Sorridente, Ulysses fez visita-surpresa

O deputado Ulysses Guimarães surpreendeu ontem, os membros da Comissão de Sistematização com uma visita inesperada, ele que raramente vai ao Congresso nos finais de semana. Chegou por volta das 17 horas, ocupou um lugar na mesa, conversou rapidamente com o senador Fernando Henrique Cardoso e com o deputado Bernardo Cabral, e desceu para o plenário, cumprimentando, sorridente, todos os constituintes

presentes, como se estivesse em campanha.

Permaneceu no plenário durante quase 30 minutos, a maior parte do tempo conversando com o deputado Chico Pinto, depois com o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro. Queria acertar detalhes do encontro com o ministro Bresser Pereira, segunda-feira próxima, no Ministério da Fazenda.

ADAUTO CRUZ



O líder do PMDB, Mário Covas, e o presidente da Sistematização, Afonso Arinos, negociam

EMENDA PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

Cria imposto sobre patrimônio

SIM

PMDB
Abigail Feitosa
Ademir Andrade
Alfredo Campos
Amir Gabriel
Antônio Britto
Artur da Távola
Carlos Mosconi
Celso Dourado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso
Fernando Lyra
Francisco Pinto
Haroldo Sabóia
Ibsen Pinheiro
João Calmon
João Herrmann Neto
José Ignácio Ferrelira
José Paulo Bisol
José Serra
Mário Lima
Nelson Jobim
Nelton Friedrich
Oswaldo Lima Filho
Paulo Ramos
Pimenta da Veiga
Raimundo Bezerra
Sigmaringa Seixas
Antônio Mariz
Chagas Rodrigues
Euclides Scalco
Jorge Hage
José Carlos Grecco
Roberto Brandt
Vilson Souza

PFL
Jalles Fontoura
José Tinoco
PDS
Antonio Carlos Konder Reis
Jarbas Passarinho
PDT
José Maurício
Lysáneas Maciel
César Maia
PT
Luiz Ignácio Lula da Silva
Plínio de Arruda Sampaio
PC do B
Aldo Arantes
PCB
Fernando Santana
PSB
Jamil Haddad

NÃO

PMDB
Bernardo Cabral
Egídio Ferrelira Lima
Carlos Sant'Anna
Aluizio Campos
Fernando Bezerra Coelho
José Geraldo
José Richa
José Ulysses de Oliveira
Manoel Moreira
Nilson Gibson
Renato Vianna
Rodrigues Palma
Virgildásio de Senna
Wilson Martins
Daso Coimbra

PFL
Alceni Guerra
Annibal Barcellos
Arnaldo Prieto
Christóvan Chiaradia
Edme Tavares
Eraldo Tinoco
Francisco Dornelles
Geovani Borges
Gilson Machado
Inocêncio Oliveira
José Jorge
José Lins
José Lourenço
José Santana de Vasconcellos
Mário Assad
Ricardo Fluzza
João Menezes
Jofran Frejat
Jonas Pinheiro
Sílmão Sessim
Valmir Campelo
PDS
Darcil Pozza
Gerson Peres
Bonifácio de Andrada
PTB
Francisco Rossi
Gastone Righi
Joaquim Bevilacqua
PL
Adolfo Oliveira
PDC
José Maria Eymael

ABSTENÇÃO

Afonso Arinos (PFL)

Só sindicatos patronais vão pagar imposto

Os sindicatos patronais estão obrigados ao pagamento de impostos, ao contrário das entidades trabalhistas, que ficarão isentas da cobrança de qualquer tributo. A Comissão de Sistematização rejeitou ontem emenda do deputado José Maria Eymael que pretendia estender a isenção a todos os sindicatos.

Segundo Eymael, a retirada do texto da expressão "trabalhadores" (o texto refere-se a sindicato dos trabalhadores), ao contrário de beneficiar apenas os sindicatos patronais, como a Flesp e a Febrabam, por exemplo, abrangeria uma série de outras entidades que a manutenção do termo colocaria à margem do benefício.

— Por exemplo — disse o deputado, — cerca de quatro mil sindicatos rurais, que congregam milhões de pequenos agricultores ficariam prejudicados.

O deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ), que foi o relator da Comissão de Tributos, contestou a proposta. Segundo ele, se aprovada a emenda, o Governo de São Paulo, por exemplo, não poderia cobrar imposto predial à Flesp. A emenda foi rejeitada por 56 votos contra oito.

A Comissão de Sistematização aprovou ainda emenda do deputado Nelson Jobim que reafirma a necessidade de o Poder Legislativo examinar, ao início de cada legislatura, os incenti-



Nelson Jobim

vos fiscais concedidos sem prazo ou condições preestabelecidos.

Foi rejeitada emenda do líder do PTB, deputado Gastone Righi, que pretendia isentar da cobrança do Imposto de Renda, os trabalhadores que recebessem até 20 salários mínimos. A proposta foi contestada pelo deputado José Serra (PMDB/SP) que afirmou ser a emenda um incentivo ao arrocho salarial. A emenda foi rejeitada por 58 votos contra seis.

Gorbachev e Seixas recebem os parabéns

A Comissão de Sistematização homenageou, ontem pela manhã, dois ilustres aniversariantes: o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e a revolução soviética. Durante os primeiros trinta minutos de sessão, que já começou com quase uma hora de atraso, constituintes de todos os partidos fizeram questão de ir ao microfone para elogiar ou criticar o sistema soviético e o rumo que ele está tomando sob o comando de Gorbachev.

O presidente da mesa, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) chegou a ensaiar um protesto quando viu a fila de constituintes no microfone de apertes. "Não podemos transformar a reunião da Comissão de Sistematização numa comemoração dos 70 anos de revolução soviética. Eu vou dar a palavra a to-

dos, mas peço: sejamos breves, até porque a revolução já está com 70 anos".

Ao final dos pronunciamentos, porém, Passarinho admitiu: "É um bom sinal que estamos discutindo esta matéria qui, mesmo em prazos tão exigüos".

O aniversário de Sigmaringa foi lembrado pelo deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), ao final da sessão matutina. "O camarada Sigmaringa também aniversaria hoje", brincou Paulo Ramos, denunciando o tímido deputado brasileiro. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), na presidência da Mesa, não perdeu a oportunidade de fazer o seu comentário bem humorado: "Só não sei se existe relação de causa e efeito entre os dois aniversários".